

## A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?

### Resumo

Para responder a questão “A história do tempo presente é uma história como as outras”, o artigo relembra que essa história se afirmou e se institucionalizou na Europa e alhures a partir do fim dos anos 1970, sob a pressão de reivindicações memoriais que diziam respeito aos passados difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais, “passados que não passam”. Para fazer reconhecer a legitimidade científica da história do passado recente, os historiadores que a praticam deveram argumentar não somente contra as objeções que lhes eram feitas, mas também para tentar identificar a singularidade “temporal” de uma tal história, sobretudo pela existência de testemunhas vivas dos períodos estudados. A história do tempo presente foi um dos vetores principais da promoção das memórias como objeto história de pleno direito, mas do mesmo modo ela se encontrou em “primeira linha” nos debates sobre as relações entre história e memória. Entre as críticas recorrentes dirigidas à história do tempo presente, há as relações ambíguas que ele mantém com as demandas sociais, de tal modo que os seus partidários reafirmaram a sua adesão prioritária com o projeto de objetividade e de verdade comum a todos os historiadores. É, para terminar, talvez em torno da noção de contemporaneidade, entendida como uma exacerbação da presentificação de um passado próximo e vivo, que os historiadores do tempo presente encontram o que faz a sua relativa singularidade no cerne da disciplina.

**Palavras-chave:** Tempo presente. Testemunho/Testemunha. Fontes Oraís. Ontologia do presente. Presentismo.

### Para citar esta tradução:

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L’histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?

DOI: 10.5965/2175180310232018005

### Christian Delacroix

Université Paris Est Marne-La-Vallée (UPEM)  
Laboratoire EA 3350 –  
Analyse comparée des pouvoirs  
Institut d’Histoire du Temps Présent (IHTP)  
Paris - FRANCE  
delacroixchristian@gmail.com

### Tradução

### Fernando Coelho

Mestre em Estudos da Tradução  
e doutorando em Linguística  
na Universidade Federal de Santa Catarina.  
Florianópolis - SC - BRASIL  
zeffiretto@gmail.com

### Silvia Maria Fávero Arend

Doutora em História pela Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul. Professora da  
Universidade do Estado de Santa Catarina.  
Florianópolis - SC - BRASIL  
smfarend@gmail.com

## Present time history, a history (really) like the others?

### Abstract

To answer the question "Is the history of the present time a history like any other?", the article recalls that this history has been affirmed and institutionalized in Europe and elsewhere, since the late 1970s, under the constraint of memorial claims concerning pasts that are difficult to assume by national communities, "pasts that do not pass". In order to have the scientific legitimacy of recent past history recognized, historians who practise it have had to argue not only against the objections that were opposed to them, but also to try to define the "temporal" singularity of such history, notably through the existence of living witnesses of the periods studied. The history of the present has been one of the main vectors of the promotion of memory as a historical object in its own right, but at the same time it has been in the "front line" in debates on the relationship between history and memory. Among the recurrent criticisms of the history of the present time there are the ambiguous relationships that it maintains with the social demands, so its supporters reaffirmed their priority adherence with the project of objectivity and truth common to all historians. It is, to conclude, perhaps around the notion of contemporaneity understood as an exacerbation of the presentification of a recent and living past, that historians of the present time find what makes their relative singularity within the discipline.

**Keywords:** Present Time. Witness. Oral Sources. Ontology of the Present. Presentism

## L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?

### Résumé s

Pour répondre à la question « L'histoire du temps présent est-elle une histoire comme les autres », l'article rappelle que cette histoire s'est affirmée et institutionnalisée en Europe et ailleurs, à partir de la fin des années 1970, sous la contrainte de revendications mémorielles concernant des passés difficiles à assumer par les communautés nationales, des « passés qui ne passent pas ». Pour faire reconnaître la légitimité scientifique de l'histoire du passé récent, les historiens qui la pratiquent ont dû argumenter non seulement contre les objections qui leur étaient opposées mais aussi pour tenter de cerner la singularité « temporelle » d'une telle histoire, notamment par l'existence de témoins vivants des périodes étudiées. L'histoire du temps présent a été un des vecteurs principaux de la promotion des mémoires comme objet historique à part entière, mais du même coup elle s'est trouvée en « première ligne » dans les débats sur les rapports entre histoire et mémoire. Parmi les critiques récurrentes portées à l'histoire du temps présent il y a les rapports ambigus qu'elle entretient avec les demandes sociales, aussi ses partisans ont-ils réaffirmé leur adhésion prioritaire avec le projet d'objectivité et de vérité commun à tous les historiens. C'est, pour finir, peut-être autour de la notion de contemporanéité entendue comme une exacerbation de la présentification d'un passé proche et vivant, que les historiens du temps présent trouvent ce qui fait leur relative singularité au sein de la discipline.

**Mots clés :** Temps Présent. Témoignage/Témoin. Sources Orales. Ontologie du Présent. Présentisme.

Partirei de uma observação de Reinhart Koselleck: “*Zeitgeschichte ist ein schönes Wort, aber ein schwieriger Begriff*”: *Zeitgeschichte*, eis aí uma bela palavra, mas um conceito difícil.<sup>1</sup> O que é, porém, um “conceito difícil”? Quer isto dizer que a prática da história do tempo presente (HTP), que é a tradução francesa mais corrente de *Zeitgeschichte*, é difícil? Interrogar-se sobre a “dificuldade” de tal prática implica em primeiro lugar que a HTP seja reconhecida como um campo relativamente autônomo dos estudos históricos (digamos, uma subdisciplina), o que pressupõe a construção de um objeto assaz específico para justificar que ele pertence ao campo da história. Talvez seja todo o sentido da questão: a HTP é (realmente) uma história como as outras? Uma questão que pode, contudo, parecer ultrapassada, pois a produção da história do tempo presente (quaisquer que sejam as denominações que se empreguem para a designar) já está instalada em nossas paisagens intelectuais e historiográficas, tanto na Europa quanto alhures, e sobretudo na América Latina<sup>2</sup> e aqui no Brasil.

A maioria dos historiadores hoje pensa, com efeito, assim como Lucien Febvre e Marc Bloch desde os anos 1920, que não se deve abandonar o presente às outras ciências sociais, “disciplinas do presente”, tais como, a ciência política, a economia ou a sociologia. Mas, além das especificidades próprias às diferentes práticas da HTP que podem existir, por exemplo, entre as historiografias europeias e latino-americanas, esta última deve enfrentar novos questionamentos e críticas que dizem respeito a suas ambições de constituir um campo disciplinar distinto. A reivindicação de um estatuto epistemológico particular para a HTP é contestada, por exemplo, por Antoine Prost<sup>3</sup>, que qualifica essa história como “uma história como as outras”, reduzindo-a a uma iniciativa útil, sendo o momento de reabilitar o estudo histórico do passado próximo. Outro exemplo, dois jovens historiadores, Emmanuel Droit e Franz Reichherzer, por seu turno, defendem abandonar a HTP como campo historiográfico singular e sugerem a sua “substituição” por uma “história-ciência social” do presente<sup>4</sup>. Já o historiador Pieter

<sup>1</sup> Citado por: Peter Schöttler, *La Zeitgeschichte allemande, Écrire l'histoire*, n° 11, 2013, p. 61-68.

<sup>2</sup> Luc Capdevila; Frédérique Langue (dir.). *Entre mémoire collective et histoire officielle: l'histoire du temps présent en Amérique latine*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009.

<sup>3</sup> Antoine Prost, *L'histoire du temps présent: une histoire comme les autres*, “Bilan et perspectives de l'histoire immédiate, *Cahiers d'histoire immédiate*, n.º 30-31 outono de 2006/primavera de 2007, p. 21-28.

<sup>4</sup> Emmanuel Droit; Franz Reichherzer. *La fin de l'histoire du temps présent telle que nous l'avons connue. Plaidoyer franco-allemand pour l'abandon d'une singularité historiographique*, *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. 2/2013 (n° 118), p. 121-145.

Lagrou avança a ideia de uma “banalização” da HTP e denuncia o que seria um abandono por parte dessa última de sua função crítica inicial em relação às instrumentalizações dominantes dos passados nacionais da Segunda Guerra Mundial<sup>5</sup>.

Entretanto, parece-me que a escolha por um retorno aos debates europeus acerca da legitimidade e delimitação de um campo da história relativamente autônomo dedicado ao passado recente pode ajudar-nos produzir uma história mais reflexiva, ou seja, mais atenta à historicidade da sua epistemologia e mais consciente da complexidade dos desafios do fazer da história hoje<sup>6</sup>. O exemplo que poia a minha exploração da questão da singularidade da HTP é, portanto, a historiografia europeia, e mais particularmente o caso francês, que eu conheço melhor, com minha aposta de que os debates que a agitaram podem servir para que outras historiografias interroguem melhor as práticas da HTP. Tentar individuar a singularidade daquilo que se designa por HTP não é apenas uma questão de metodologia, e penso em particular nas discussões recorrentes sobre as “fontes orais” e as testemunhas. Tampouco é apenas uma questão de epistemologia que tem em primeiro lugar a focalização sobre as relações entre história e memória na qual está implicado o desafio do projeto da objetividade e da verdade da história na difícil questão daquilo que Paul Ricoeur chama de “imbricação do julgamento historiográfico e do julgamento moral”, ou, dito de outro modo, a imbricação do científico e do ético. Tentar individuar a singularidade do que é designado por HTP é igualmente outra maneira de interrogar a natureza do nosso presente, de retomar de algum modo a velha questão kantiana acerca do Iluminismo e que não é outra coisa senão perguntar-se “O que somos hoje?”. Uma questão que Michel Foucault reexaminou do seu modo, propondo o que ele chama de uma “ontologia da atualidade” ou ainda “uma ontologia do presente”<sup>7</sup> e que recorta de maneira oblíqua a problemática dos “regimes de historicidade” de François

<sup>5</sup> Pieter Lagrou, Ou comment se constitue et se développe un nouveau champ disciplinaire, *La revue pour l'histoire du CNRS*, n° 9, 2003, mis en ligne le 24 octobre 2006. URL: <http://journals.openedition.org/histoire-cnrs/561>.

<sup>6</sup> Patrick Garcia, Histoire du Temps présent. in Christian Delacroix, François Dosse, Patrick Garcia, Nicolas Offenstadt, (dir.), *Historiographies: concepts et débats*, Paris, Gallimard, Folio-histoire, 2010.

<sup>7</sup> Michel, Foucault, Qu'est-ce que la critique ?, *Bulletin de la Société française de philosophie*, n° LXXXIV, 1990. Michel Foucault, Qu'est-ce que les Lumières ? [1984], *Dits et écrits*, Paris: Éditions Gallimard, vol. II, 2001, p. 1381-1397. Foucault utiliza outras expressões como: “ontologia crítica de nós mesmos”, “ontologia histórica de nós mesmos”, “ontologia de nós mesmos”, ou ainda, “ontologia da modernidade”.

Ver também: Gabriel Rockhill, Comment penser le temps présent? De l'ontologie de l'actualité à l'ontologie sans l'être, *Rue Descartes*, 3/2012 (n° 75), p. 114-126.

Hartog<sup>8</sup>, em torno da questão das relações entre regime historiográfico (que designa as modalidades da escrita da história) e regime de historicidade (isto é, a relação social com o tempo): a história do tempo presente seria o fazer da história que é próprio ao regime de historicidade presentista (entendida aqui, seguindo François Hartog, como relação social com o tempo para o qual o presente se tornou a categoria temporal chave de nossa consciência histórica)?

Este percurso de singularização da HTP, que parte de uma metodologia histórica para acabar em uma ontologia do presente precisa ser explicitado. Essa explicitação passa pelo exame dos contextos de institucionalização dessa prática historiográfica, depois ao do debate sobre a validade do “conceito” de HTP – um conceito “difícil”, como lembrou algo ironicamente Reinhart Koselleck.

Começarei, portanto, por indicar rapidamente algumas balizas dos contextos de afirmação e de institucionalização das histórias do passado recente, principalmente na Europa.

## I) Os contextos de afirmação e de institucionalização da História do Tempo Presente: em face dos “passados que não passam”.

### Uma história sob a exigência das reivindicações memoriais

A denominação “história do tempo presente” começou de fato a se tornar comum para os historiadores franceses a partir da criação, em 1978, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), cujo primeiro diretor foi François Bédarida (até 1990), segundo o modelo do Institut für Zeitgeschichte de Munique – criado em 1950<sup>9</sup>. O IHTP sucede ao

<sup>8</sup> François Hartog, *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*, Paris, Seuil, 2003.

<sup>9</sup> Sobre a *Zeitgeschichte* alemã, ver: Peter Schöttler, “La ‘zeitgeschichte’ allemande, entre révisionnisme, conformisme et autocritique”, participação no Colóquio do Instituto de História do Tempo Presente, Paris, 24-26 de março de 2011, *Écrire l'histoire. Histoire, Littérature, Esthétique*, 11 | 2013. P. Schöttler lembra especialmente que “o projeto do ‘ZG’ no sentido de uma história ‘imediata’ de um passado muito recente aparece efetivamente com a Primeira Guerra Mundial” e que “o primeiríssimo ‘Institut für ZG’ fora criado em 1946 em Berlim Oriental – portanto sob controle soviético –, ao passo que a instituição que todo o mundo conhece hoje sob esse nome será fundada em Munique apenas em 1950 e sob o nome de ‘Deutsches Institut für Geschichte der nationalsozialistischen Zeit’”.

Comitê Francês de História da Segunda Guerra Mundial, criado em 1951. Esta filiação institucional é sem dúvida nenhuma um dos elementos explicativos do lugar eminente ocupado pela Segunda Guerra Mundial nos temas e campos de pesquisa privilegiados pelo IHTP na França.

A criação de organismos dedicados ao estudo do passado recente da Segunda Guerra Mundial não diz respeito apenas à França e à Alemanha, pois centros de pesquisa do mesmo gênero são criados desde 1944 nos Países Baixos, depois na Itália (1949), na Áustria (1963), Bélgica (1970) e mais tardiamente (em 1986) na Grã-Bretanha<sup>10</sup>.

A HTP teve na sequência desenvolvimentos importantes em outros países, como na Espanha a partir dos anos 1990 ou na América Latina mais ou menos no mesmo período, com designações diversas: história do tempo presente aqui no Brasil, história do passado recente (*historia del pasado reciente*), história atual (*historia actual*), história viva, história do passado vivo (*historia vivida, historia del pasado vivo*), história do presente (*historia del presente*) em outros países. Esses desenvolvimentos devem ser relacionados ao que Henry Rousso diagnosticou como uma “mundialização da memória”<sup>11</sup> e à multiplicação das demandas memoriais e sociais de reconhecimento e de verdade sobre os “passados que não querem passar”<sup>12</sup>; foi assim que desde os anos 1970 “comissões de verdade e reconciliação”, com diferentes designações, foram instituídas em cerca de trinta países, na África, na América Latina, no Canadá...

<sup>10</sup> Em 1944 é fundado o Instituto de Estado de documentação de guerra (*Rijksinstituut voor Oorlogsdocumentatie*) nos Países Baixos; na Itália, um Instituto nacional para a história do movimento de liberação (*Istituto Nazionale per la Storia del Movimento di Liberazione*) é criado em 1949; na Áustria, um Arquivo de documentação da resistência (*Documentationsarchiv des Österreichischen Widerstandes*) é criado em 1963; e na Bélgica, o ano de 1970 vê a criação de um Centro de pesquisa e de estudos históricos da Segunda Guerra Mundial (que se tornou a partir de 1997 o Centro de estudos e de documentação de guerra e sociedades contemporâneas). É em 1986 que é criado o *Institute of Contemporary British History* (ICBH) para desenvolver as pesquisas sobre a Grã-Bretanha de 1945 aos nossos dias.

<sup>11</sup> Henry Rousso, “Vers une mondialisation de la mémoire”, apresentação do dossiê “Mémoires Europe-Asie”, *Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, nº 94, 2007-2, p. 3-10.

<sup>12</sup> “Passé qui ne veut pas passer”, a expressão vem de Ernst Nolte, que a utiliza como título de um artigo publicado em 6 de junho de 1986 na revista alemã *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (“*Die Vergangenheit, die nicht vergehen will*” - “O passado que não quer passar”) acerca do passado nazista. Esse artigo é o ponto de partida da *Querela dos historiadores alemães* (*Historikerstreit*). A expressão “um passado que não passa” é utilizada por Henry Rousso e Éric Conan a propósito de Vichy (Henry Rousso e Éric Conan, *Vichy, un passé qui ne passe pas*, Fayard, 1994).

Esta lembrança não significa que a prática de uma história do passado recente date do fim dos anos 1970, uma vez que os historiadores que a produziram antes dessa data – e mesmo desde as origens da história, com os historiadores gregos – são muito numerosos. Esses mesmos “precursores” são, aliás, convocados regularmente pelos historiadores que reclamam para si a história do tempo presente como referências legitimadoras, ou, em sentido oposto, por aqueles que lhe negam toda e qualquer originalidade! Há, contudo, certo anacronismo em invocar esses historiadores “precursores” que, no que diz respeito à maioria e por muito tempo, nunca tematizaram, e enquanto tal, o fazer da história do passado próximo.

De todo modo, durante os anos 1945-1970, a suspeita em relação à história do passado recente é evidente em numerosos historiadores europeus apesar da vontade expressa desde os anos 1930 pelos fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre, de fazer os historiadores trabalharem com os “pesquisadores preocupados com o presente” – sendo que eles pensam nesse momento em particular nos economistas e nos sociólogos.

Martin Sabrow, diretor do Centro de Pesquisas em História do Tempo Presente de Potsdam, lembra também que, antes de ser plenamente reconhecida, a história do tempo presente “produzia o efeito de um corpo estranho no seio da disciplina histórica restabelecida após 1945” na Alemanha<sup>13</sup>. Por sua vez, Pieter Lagrou observa que a história do tempo presente foi primeiramente uma “subdisciplina desprezada, exercida à margem da paisagem acadêmica”<sup>14</sup>.

A afirmação e a tematização como área, assim como a institucionalização da HTP na Europa, devem, portanto, ser relacionadas aos contextos nacionais posteriores a 1945, os quais têm um ponto comum: o choque do evento-ruptura, da “catástrofe” da Segunda Guerra Mundial e o peso de “um passado que não quer passar”, como o passado nazista para a Alemanha e o passado de Vichy para a França, pois eles constituíram grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais. É nessa medida que

---

<sup>13</sup> Citado por Emmanuel Droit e Franz Reichherzer, “La fin de l'histoire du temps présent telle que nous l'avons connue. Plaidoyer franco-allemand pour l'abandon d'une singularité historiographique”, *op. cit.*, p. 126.

<sup>14</sup> Pieter Lagrou, “Ou comment se constitue et se développe un nouveau champ disciplinaire”, *op. cit.*

eles podem ser qualificados de “passados traumáticos” característicos do nosso século XX<sup>15</sup>. No caso da Itália, a história do tempo presente no imediato pós-guerra pôde claramente ser caracterizado como “o produto do traumatismo da experiência fascista”<sup>16</sup>. Em relação a outros países como a Espanha<sup>17</sup>, ou os países da América Latina que passaram por ditaduras após 1945, os contextos de afirmação e de institucionalização da HTP têm em comum uma demanda de caráter cívico de fazer justiça às vítimas esquecidas das ditaduras. Essa demanda pode chocar-se não somente com um poder político “anestésico” e que pratica sem reticências a anistia, mas também com uma parte do corpo social que deseja o esquecimento ou mesmo a autoabsolvição. Nessa perspectiva, os historiadores, impregnados do seu “nobre sonho” (Peter Novick) de objetividade e de verdade, não devem “gerir” menos, de algum modo, essas demandas sociais de memória – ou de esquecimento – que podem ser contraditórias relativamente a esses passados “que não passam”. E eles se acham com frequência confrontados não somente com “políticas estatais da memória”, mas também com o que é preciso chamar de uma história “oficial” ou de um “romance nacional” dominante. Esse último ponto é particularmente forte na Rússia, em que as associações “memoriais” como a *Memorial* e historiadores críticos se chocam com empreendimentos estatais de promoção de uma memória gloriosa e patriótica da Segunda Guerra Mundial, verdadeiro “mito de barragem” que visa eclipsar a memória do terror estalinista<sup>18</sup>. Na Espanha, essa “vontade

<sup>15</sup> É o que escreve Imre Kertész: “A não assimilação do vivido, e até, às vezes, a impossibilidade de assimilá-lo constitui, acredito, o vivido característico e incomparável do século XX.” (I. Kertész, *L’holocauste comme culture*, Arles, Actes Sud, 2009, p. 119-121). Ver também: Patrick Garcia, “Quelques réflexions sur la place du traumatisme collectif dans l’avènement d’une mémoire-Monde”, *Journal français de psychiatrie*, 2010/1 (n° 36), p. 37-39.

<sup>16</sup> Valeria Galimi, “L’histoire du temps présent en Italie”, *La revue pour l’histoire du CNRS*, 9 | 2003.

<sup>17</sup> Danielle. Rozenberg, “Espagne : la mémoire retrouvée (1975-2002)”, in *Matériaux pour l’histoire de notre temps*, n°70, 2003, p. 1-6.

<sup>18</sup> Sobre a Rússia e as questões de memória, ver:

Nikolay Kopusov, “Une loi pour faire la guerre: la Russie et sa mémoire”, *Le Débat*, 2014/4, n° 181, p. 103 à 115.

Nikolay Kopusov, “Le débat russe sur les lois mémorielles”, *Le Débat*, 2010/1, n° 158, p. 50 à 59.

Emilia Koustova, “La Russie en quête d’une histoire nationale”, *Revue internationale et stratégique*, 2013/4, n° 92, p. 65 à 73.

Korine Amacher, “L’embarrassante mémoire de la Révolution russe”, *La Vie des idées*, 14 avril 2017.  
URL : <http://www.laviedesidees.fr/La-memoire-encombrante-de-la-Revolution-russe.html>

Malte Griesse, “Les mémoires de la révolution russe en Union soviétique: espace guerrier ou espaces publics?”, *Cahiers Sens public*, 2013/1, n° 15-16, p. 85 à 105.

Nicolas Werth (entretien avec Gilles Favarel-Garrigues, Brigitte Gaïti, Boris Gobille), “À partir de quoi pouvait-on reconstruire ?” *Les turbulences de l’écriture de l’histoire dans la Russie post-soviétique*, *Politix*, 2015/2, n° 110, p. 111 à 135.



de memória” é denominada de “recuperação” da “memória histórica” com o objetivo de romper com o “pacto de silêncio” consentido durante muito tempo a respeito dos antagonismos do tempo da ditadura de Franco.

Em todos os casos, a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma *dívida* a saldar em relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais.

Esses contextos nacionais diferentes, essas cronologias deslocadas e esses desnivelamentos semânticos (que dizem respeito também ao conceito de memória) não apagam interrogações epistemológicas compartilhadas, sobretudo aquelas relativas às relações entre história e memória, às relações entre história e demanda social, ou ainda às relações entre pesquisa histórica e julgamento moral.

*Em que medida essas interrogações de natureza epistemológica indicam um deslocamento significativo das condições e dos quadros de operação historiográfica em conexão com as evoluções do mundo atual?*

### Da luta pelo reconhecimento à institucionalização

O desenvolvimento da HTP na França inicialmente tomou a forma, durante os anos 1980 até o início dos anos 1990, de uma verdadeira luta pela legitimação e pelo reconhecimento científicos a fim de responder às objeções levantadas contra a possibilidade mesma de uma história “normal” do passado recente, à medida que se multiplicavam os campos de pesquisa e os trabalhos empíricos, principalmente acerca da Segunda Guerra Mundial no caso da França.

Esta fase de “retorno dos estigmas” permitiu assim superar as objeções clássicas relativas sobretudo à falta de recuo, à ausência de arquivos e à ignorância do fim dos processos estudados. Os contra-argumentos dos defensores da HTP são hoje bem

conhecidos e constituíram posições amplamente desenvolvidas durante essa fase, e lembro-os brevemente:

- a ausência de recuo cronológico considerado como uma deficiência é de certo modo neutralizada pelo recuo metodológico, única distância eficiente para o trabalho do historiador, qualquer que seja o período estudado;

- a não-acessibilidade de alguns arquivos do passado recente é compensada pela abundância das fontes substitutivas – das quais fazem parte os “arquivos orais” provocados pelo pesquisador;

- “a ignorância do dia seguinte” e o trabalho sobre processos não “terminados” se tornam trunfos, pois eles permitem se desfazer da “ilusão retrospectiva da fatalidade” ao favorecerem uma maior atenção ao “campo dos possíveis” das situações históricas.

Esses contra-argumentos de distinção então promovidos pela HTP são os do evento, da testemunha, da memória e da demanda social. Entretanto, permanecem três questões que foram tematizadas, a meu ver, apenas de modo incompleto ou desigual por esse conjunto de argumentos e trabalhos, e que se tornaram temas de debate: a da definição do objeto que constitui, em última instância, uma interrogação sobre o ser mesmo do tempo presente (em que se encontra a “ontologia da atualidade” de Michel Foucault), a das relações entre história e memória e a da relação da HTP com as “demandas sociais” que tensionam a sua função de conhecimento e a sua função social.

A questão da memória, que “invadiu” o espaço público a partir dos anos 1970/1980, na sua tríplice afirmação como representação do passado no presente, como prática e cultura social e como valor com vocação universal, me parece ser uma das características mais importantes do nosso presente. É, aliás, na condição de marcador privilegiado de nossa historicidade, de nosso presente, que a memória poderia “justificar” de algum modo a HTP, mas, ao mesmo tempo, ela não fragilizaria esta última em sua pretensão de constituir um campo da história relativamente autônomo ao se chocar com a tradição da disciplina histórica de vontade de objetividade?

## II) História do Tempo Presente, a definição inencontrável?

### A singularização “temporal” e seus limites

A definição do que seria o tempo presente, expressão mais frequentemente adotada na França para designar a história do passado recente, permanece problemática.

Acerca da singularização do tempo presente por seu “objeto”, alguns historiadores propuseram um procedimento clássico de periodização por datas-rupturas, sendo o “tempo presente” definido como um novo período ou subperíodo da história contemporânea. A mais corrente dessas rupturas é, na Europa, a Segunda Guerra Mundial, promovida por alguns historiadores como a “matriz do tempo presente”, por exemplo por Jean-Pierre Azéma e François Bédarida na França e sustentada igualmente por Karl-Dietrich Bracher na Alemanha. Outros cortes são propostos, sobretudo o da Primeira Guerra Mundial, o de 1917, o dos anos 1970 (proposto na Alemanha por Anselm Doering-Manteuffel e Lutz Raphael) ou ainda o de 1989, e talvez o do 11 de setembro de 2001. A ideia defendida (desde os anos 1950) na Alemanha por Hans Rothfels e Hermann Heimpel<sup>19</sup> segundo a qual o tempo presente começa com a última “catástrofe” em data recorre ao mesmo procedimento “cronológico” que pressupõe que esta última catástrofe fecha um período e abre outro, que permaneceria no que Paul Ricoeur chama de “a onda de choque do acontecimento traumático”, e que seria o presente, nosso presente. Para que esta abordagem periodizante seja válida em escala mundial, que última grande ruptura (que “catástrofe”) deveria ser proposta? Esta abordagem implica que o segmento cronológico que vai até a última grande ruptura proposta se torna um passado “frio” que pertence ao domínio da história “contemporânea” clássica?

As querelas das denominações (na França “história imediata”, “história do muito contemporâneo”, “história do passado próximo”, “história do tempo presente” ...) só

---

<sup>19</sup> Hermann Heimpel, *Der Mensch in seiner Gegenwart. Acht Historische Essays* [1954], Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1957.

Ver também: Emmanuel Droit, “Les césures de l’histoire du temps présent. Approche comparée franco-allemande”, *Atala. Cultures et Sciences Humaines*, N° 17, 2014, p. 167-181.

fazem refletir as dificuldades de “estabilizar” uma definição do presente por meio de uma abordagem periodizante.

Talvez seja para escapar dessas dificuldades e para fixar um critério de distinção mais seguro que alguns historiadores escolheram definir o seu objeto não somente pela expressão “tempo presente”, mas também por um outro critério de “recorte temporal”: a existência de testemunhas vivas (correspondendo à duração da vida humana), o que implica a ideia – de operatividade incerta – de fronteiras movediças, para cima e para baixo, mas o que também focalizou a singularização da HTP no que diz respeito à metodologia do uso dos “arquivos orais” e à questão da testemunha viva que o historiador pode questionar (donde o conceito de “arquivo provocado”). Há, portanto, uma singularização que é ao mesmo tempo metodológica (em que medida a coleta de testemunhos orais de testemunhas ou de atores vivos constitui uma fonte diferente das outras para o historiador?) e “temporal” da HTP, uma vez que ela é aí definida como a história que “cobre uma sequência histórica marcada por duas balizas móveis. Para cima, essa sequência remonta até os limites da duração de uma vida humana, ou seja, um campo marcado primeiramente e antes de tudo pela presença de “testemunhas” vivas, traço mais visível de uma história ainda em devir [...]. Para baixo, essa sequência é delimitada pela fronteira, com frequência difícil de situar, entre o momento presente – “a atualidade” – e o instante passado.” (*Cahiers de l’IHTP* n° 18, junho de 1991).

Essa definição não implica de modo nenhum que o recurso às testemunhas seja indispensável – ele é simplesmente possível –, mas seria uma especificidade dessa história, uma vez que o historiador pode ser confrontado com as reações e os comentários dos atores da história que ele estuda. Ele escreve “sob a vigilância” dos atores e das testemunhas<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Pierre Laborie, “Historiens sous haute surveillance”, 1994, *Esprit*, n° 198.

## A singularização pelo lugar das testemunhas: uma pista falsa?

Se os defensores da história do tempo presente podem capitalizar, no momento da sua afirmação como prática específica na virada dos anos 1970-1980, o crescimento recente da história oral, cujo primeiro congresso mundial se realizou em Colchester em 1978<sup>21</sup>, ao mesmo tempo, porém, eles fazem questão de se dissociar dela, deixando claro que o testemunho não é uma “boca da verdade”, devendo ser utilizado como uma fonte entre outras para se tornar uma “fonte oral da história” (Danièle Voldman). A invenção dos termos “fonte oral” ou “arquivo oral” – nos anos 1990 – visava assim a reduzir ao máximo a especificidade do testemunho oral “provocado” pela relação com as fontes escritas, para, de algum modo, “normalizar” os seus usos pelo diapasão da metodologia disciplinar “reconhecida” pela imensa maioria dos historiadores, ou seja, o método crítico de tratamento das fontes. Mas, o tratamento puramente “documental” e “técnico” da questão do testemunho reduzida ao estatuto informativo de “fonte oral” era igualmente uma maneira de dar conta da exigência epistemológica do projeto de verdade da história, as fontes orais reputadas subjetivas se viam criticadas como as outras fontes. Essa questão das “fontes orais” marcou indiscutivelmente a reflexão sobre a HTP na França, onde não houve uma verdadeira institucionalização da história oral. Há, aliás, entre numerosos historiadores adeptos da HTP uma desconfiança acerca do que Henry Rousso chama de uma “ideologia do testemunho”, que se insere em uma longa tradição historiográfica da reticência em relação ao testemunho e seus “efeitos perversos”, “principalmente os mecanismos de (re)construção, assim como os de extrapolação, de re-hierarquização e de imediatidade” (Denis Peschanski<sup>22</sup>). Na França, essa tradição foi ilustrada recentemente pela denúncia por parte dos historiadores da Primeira Guerra Mundial Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau – no seu livro 14-18,

<sup>21</sup> Sobre a história oral, ver:

Michel Trebitsch, “Du mythe à l’historiographie”, in Danièle Voldman (dir.), “La Bouche de la vérité ? La recherche historique et les sources orales”, *Les Cahiers de l’IHTP*, n° 21, 1992, p. 13-32.

Florence Descamps, *L’Historien, l’Archiviste et le Magnétophone. De la construction de la source orale à son exploitation*, Paris, Comité pour l’histoire économique et financière de la France, coll. “Sources”, 2001 (2<sup>a</sup> ed. em 2005).

Fabrice D’Almeida et Denis Maréchal (dir.), *L’Histoire orale en questions*, Paris, INA, coll. “Médias histoire”, 2014.

<sup>22</sup> Denis Peschanski, “Effets pervers” in Danièle Voldman (dir.), “La Bouche de la vérité ? La recherche historique et les sources orales”, *op. cit.*, p. 33-44.

*retrouver la guerre*, publicado em 2000<sup>23</sup> – do que eles chamam de uma “ditadura do testemunho”, querendo dizer que a história da guerra foi deformada, enviesada pelos historiadores que “seguiram” demais os testemunhos dos combatentes. Os testemunhos seriam nessa perspectiva reconstruções de pós-guerra impregnados de pacifismo que não refletiriam em caso nenhum a “cultura da guerra” feita de ódio ao inimigo, de espírito de cruzada e de consentimento patriótico que animava os combatentes durante a guerra. Outros historiadores defenderam a ideia de uma história “sem testemunhas”, como Raul Hilberg em *La destruction des Juifs d’Europe*<sup>24</sup>, que não utiliza testemunhos dos sobreviventes; quanto a Martin Broszat, ele chega a qualificar de “mítica” a memória das vítimas do Holocausto<sup>25</sup>. Pode-se igualmente citar o caso de Daniel Cordier, que, para a sua biografia de Jean Moulin<sup>26</sup>, recusou, no essencial, recorrer aos testemunhos orais.

Sem retomar os elementos propriamente historiográficos dos debates acerca dessas posições que colocam em dúvida o testemunho, notemos que elas apresentam problemas epistemológicos mais gerais. Por exemplo, esse descarte dos testemunhos pode igualmente ser um quase-descarte dos próprios atores, de suas representações e de suas justificações em proveito do ponto de vista “sobressalente” do pesquisador, que reserva “o domínio do sentido da ação ao observador exterior”<sup>27</sup>. Essa posição pode assinalar assim uma indiferença que pode ser uma desqualificação da dimensão de

<sup>23</sup> O livro e as teses de Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau provocaram durante algum tempo uma verdadeira querela historiográfica na França (ver a seção “Controverse” do nº 199, 2002, da revista *Le Mouvement Social*).

Acerca da questão do testemunho dos combatentes da guerra de 1914-1918, entre as numerosas reações críticas às teses de Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, ver:

Frédéric Rousseau, *Le procès des témoins de la Grande guerre. L’affaire Norton Cru*, Paris, Le Seuil, 2003.

Antoine Prost, “La guerre de 1914 n’est pas perdue”, *Mouvement social*, nº 199, 2002/2.

Nicolas Mariot, “Faut-il être motivé pour tuer ? Sur quelques explications aux violences de guerre”, *Genèses. Sciences sociales et histoire*, nº 53, dezembro de 2003, p. 154-177.

Rémy Cazals, “1914-1918 : oser penser, oser écrire”, *Genèses*, 2002/1, nº 46, p. 26-43.

O site do *Crid 14-18 (Collectif de recherche international et de débat sur la guerre de 1914-1918)* agrupa os historiadores e pesquisadores da Primeira Guerra Mundial, os quais desenvolvem posições críticas (e até mesmo hostis!) contra as teses de Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau.

<sup>24</sup> Raul Hilberg, *La destruction des Juifs d’Europe*, Paris, Gallimard, coll. Folio-Histoire, 3 tomes, 2006 (1<sup>ère</sup> édit. en anglais, New-York, 1961).

<sup>25</sup> Martin Broszat et Saul Friedländer, “A controversy about the historicization of National Socialism”, *New German Critique*, 44, 1988, p. 85-126.

<sup>26</sup> Daniel Cordier, *Jean Moulin. L’Inconnu du Panthéon*, 3 vol., Paris, éd. Jean-Claude Lattès, 1989-1993.

<sup>27</sup> François Héran, “Rite et méconnaissance. Notes sur la théorie religieuse de l’action chez Pareto et Weber”, *Archives de sciences sociales des religions*, nº 85, 1994, p. 138, citado por Nicolas Mariot, “Faut-il être motivé pour tuer ? Sur quelques explications aux violences de guerre”, 4 (nº 53), p. 168.

subjetivação, existencial e emocional, da questão da testemunha. Acerca dessa dimensão, Henry Rousso, recentemente, na ocasião de uma viagem a Ruanda, voltou um pouco atrás sobre sua prevenção em relação aos usos historiográficos dos testemunhos: “Sempre considerei que era preciso resistir a essa ‘ideologia do testemunho’, que com frequência anda junto com uma vitimização exacerbada, e reduz, por exemplo, sobreviventes de um genocídio à sua única qualidade de pessoas que escaparam, esquecendo a sua dimensão de sujeitos pensantes, responsáveis e que agem. Não mudei sobre esse ponto, mas como todos os outros participantes, fui tomado pelas narrativas espontâneas dos sobreviventes que nos acompanhavam. Fui tomado por uma forma de empatia à qual eu me habituara a resistir.”<sup>28</sup>

De modo mais geral, uma recusa do testemunho seria aceitável para o conhecimento histórico?

No contexto da prática da HTP, a questão da testemunha viva “encontra” inevitavelmente a questão da memória: a noção de presente implica de fato a noção de memória concebida na esteira de Agostinho como o presente do passado.

É, portanto, para o lado da epistemologia e da difícil relação entre história, como escrita “profissional” do passado e a memória como representação identitária “alternativa” do passado que eu me encaminharei agora para tentar responder a essas interrogações.

### III) A História do Tempo Presente no “grande debate” história/memória

#### A “maré memorial”

A temática da memória se impôs no espaço público europeu a partir dos anos 1970, ligada sobretudo (mas não somente) ao reexame dos “passados temáticos” como o da Ocupação (1939-1945) na França; é o que Pierre Nora chamou de “a maré memorial”. A

---

<sup>28</sup> Henry Rousso, “Un voyage au Rwanda” [on line] <http://tempresent.hypotheses.org/tag/temoignage>

expressão “era da testemunha” proposta por Annette Wieviorka<sup>29</sup> para caracterizar o nosso período pertence mais ou menos à mesma perspectiva. Ora, uma vez que ela é uma representação do passado, a memória (talvez seja melhor dizer *as memórias*) pode entrar em concorrência com a história, e até mesmo opor-se a ela censurando a esta última os seus “esquecimentos” ou os seus “recalques”. E isto tanto mais quanto a força performativa e emocional das representações memoriais do passado, preocupadas o mais das vezes em defender identidades sociais ou culturais feridas ou em busca de reconhecimento, ultrapassa em muito a da história “erudita”. A amplitude excepcional dada à noção de memória ultrapassa grandemente a sua acepção estreita de fonte a ser tratada como as outras e ela é considerada cada vez mais como uma cultura (ver a noção de “cultura memorial”<sup>30</sup>) que visa a garantir pela nova inteligibilidade do passado que ela propõe uma poderosa função de reconstrução identitária. A noção, observa François Hartog, faz parte do quarteto das palavras-chaves constantemente utilizadas para dar conta do nosso tempo, juntamente com as palavras *comemoração*, *patrimônio* e *identidade*, e com o presente como carro chefe; desse ponto de vista ela seria ao mesmo tempo uma resposta ao presentismo e um sintoma deste último.

Vários elementos fundamentais concorrem para explicar por que as “políticas da memória” se multiplicam em escala mundial.

O primeiro é o questionamento dos “romances nacionais”<sup>31</sup> que organizavam a leitura da história e lhe conferiam o seu sentido, determinando o que era digno de ser retido e o que devia permanecer no esquecimento. Ora, uma vez que a nação já não é o objeto e o quadro privilegiados da história e que a sua função de moldagem da identidade nacional é alvo de suspeita, o passado, todos os passados são como que reabertos. O herói como figura central do romance nacional é superado por uma outra figura: a da vítima. A história dos historiadores profissionais, majoritariamente creditada até os anos 80 com um sentido positivo, se acha assim fragilizada, pois perde o monopólio de dizer a verdade do passado, ao passo que cresce, sobre a história, a sombra trazida pelos

<sup>29</sup> Annette Wieviorka, *L'ère du témoin*, Paris, Plon, 1998.

<sup>30</sup> Christoph Cornélißen, “Histoire du temps présent et culture mémorielle en Europe”, *Histoire, économie & société*, 2016/2 35, p. 107 à 123.

<sup>31</sup> Nota dos Tradutores: Narrativas que buscaram construir a nação.



“grandes crimes do século XX”. Mas o risco é grande de criminalizar a história ao projetar sobre o passado as categorias (jurídicas sobretudo) que são as nossas e assim ceder a uma reflexão de “moralização retrospectiva” do passado, que é uma forma de anacronismo. O termo “judicialização” da história quer dizer dar conta desse tipo de procedimento que enfeixa juntas memória, justiça e história<sup>32</sup>.

A função da história é permitir à sociedade funcionar “no consenso”? O reconhecimento simbólico das “feridas” ou dos “erros” do passado cometidos pelo poder político é certamente necessário, mas por isso é preciso aceitar a assimilação da história a um modo de regulação ou de terapia social? Pode-se, pois, reparar a história<sup>33</sup>? Os numerosos discursos sobre o passado nos parlamentos nacionais, assim como nas instituições internacionais, a promoção do “dever de memória”<sup>34</sup> como valor incontestável e sagrado e como nova categoria da ação política seriam sinal mais certo de uma crise do projeto político e um déficit de futuro, sintomas de uma “crise do tempo” própria ao presentismo.

As questões memoriais e identitárias certamente não dizem respeito somente à história do tempo recente, mas para esta última a existência de atores e de testemunhas vivas não torna mais difícil e mais incerta a tarefa, que é específica do historiador, de *representar* o passado?

É precisamente em torno da questão epistemológica nodal da representação do passado que é preciso, a meu ver, recentrar a análise das relações entre história e

<sup>32</sup> Yan Thomas, “La vérité, le temps, le juge et l'historien”, *Le Débat*, 1998, n° 102, dossiê “Vérité judiciaire, vérité historique”, p. 4-44.

Jean-Noël Jeanneney, *Le passé dans le prétoire : l'historien, le juge et le journaliste*, Paris, Le Seuil, 1998.

Jean-Pierre Le Crom, Jean-Clément Martin, Jean-Marc, Le Masson Bernard Edelman et Annette Wieviorka (éd.), dossiê “Vérité judiciaire, vérité historique”, *Droit et société*, 1998, no 38.

Jean-Paul Jean, “Le procès et l'écriture de l'histoire”, *Tracés. Revue de Sciences humaines*, 3/2009, n° HS-9, p. 61-74 [on line].

Florence Hulak, “Le tribunal de l'histoire. Vérité historique et vérité judiciaire”, *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, T141, 2016/1, p. 3-21.

<sup>33</sup> Antoine Garapon, *Peut-on réparer l'histoire? Colonisation, esclavage, Shoah*, Paris, Odile Jacob, 2008.

Ver também: Florent Le Bot, “Le passé a de l'avenir. Au risque de l'enquête, faire surgir ‘le levain de l'inachevé’”, *L'Homme et la société*, 2016/3 (n° 201-202), p. 189-212.

<sup>34</sup> Sobre a noção de dever de memória, ver: Sébastien Ledoux, *Le Devoir de mémoire. Une formule et son histoire*, Paris, CNRS Éditions, 2016.

memória. Essa questão da representação do passado está no centro do livro de Paul Ricoeur, publicado em 2000, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

### A memória, matriz da história?

Ricoeur, nesse livro, coloca no centro de sua reflexão sobre a operação histórica o “enigma” da capacidade do discurso histórico de representar o passado (o que Ricoeur designa com o termo *representança*) e a questão de saber como superar a deficiência da história que consiste na ausência do fenômeno de reconhecimento, reconhecimento esse que não pertence senão à memória e à testemunha que pode dizer “eu estava lá”. E isto mesmo que, explica Ricoeur, a representação historiográfica confira um “aumento de significado” ao real que ela visa reconstruir, o que não faz a memória, a única defesa do realismo crítico historiográfico – segundo o qual existe um referente histórico real para a representação historiográfica do passado – não pode suprir o que fragiliza fundamentalmente essa representação historiográfica, ou seja, a ausência do fenômeno do reconhecimento.

A partir do caso da representação do acontecimento “nos limites” que é o Holocausto, Ricoeur defende a necessidade de fazer remontar as interrogações historiográficas sobre a representação do Holocausto à fonte da demanda de verdade que emana do próprio acontecimento, ou seja, aos testemunhos dos protagonistas (vítimas, sobreviventes, carrascos e espectadores). É a partir dessa problematização que Ricoeur introduz um novo aspecto do problema da representação historiográfica, recorrente nas discussões epistemológicas relativas à história: o das relações entre julgamento moral e julgamento histórico (aqui no sentido de resultado do trabalho do historiador). Um problema que diz respeito particularmente à história do passado recente, à medida que esta se vê frequentemente qualificada como particularmente “politizada” e em primeiro lugar nos debates sobre os usos públicos da história. De que maneira, em face dos acontecimentos “no limite” como o Holocausto, o julgamento moral se articula à vigilância crítica do historiador? De modo mais geral, em que sentido se pode falar, com Ricoeur, de imbricação dos dois tipos de julgamento?

Ainda que Ricoeur faça questão de distinguir analiticamente dois níveis diferentes da “nossa capacidade receptiva”, ele não separa as problemáticas propriamente epistemológicas sobre a representação historiográfica das que pertencem à dimensão ética e política do trabalho do historiador, e isto em nome do enraizamento memorial da representação historiográfica. A HTP não poderia singularizar-se por uma imbricação particularmente estreita do científico e do ético, à medida que as polêmicas e os debates memoriais são frequentes e intensos acerca do passado próximo?

A tentação é grande entre numerosos historiadores de desmembrar a cadeia argumentativa de Ricoeur em proveito apenas do nível epistemológico, mas essa cadeia argumentativa é também uma cadeia existencial, e esse desmembramento tem um custo teórico. A sacralização de sua sequência epistemológica e, portanto, a redução da história à sua dimensão essencialmente cognitiva destituem o empreendimento historiográfico de toda fundação ontológica (do lado da fenomenologia da memória) e de sua dimensão ética e política do lado da pesquisa de uma “justa memória” e, como lembra Sabina Loriga<sup>35</sup>, do seu liame com o espaço público, liame tanto mais prene no caso da história do passado recente. É a esse tipo de desmembramento que podem tender, parece-me, os historiadores que criticam o que chamam de “refutação do dever de memória” por parte de Ricoeur, quando este último prefere usar em seu lugar a noção de “trabalho de memória”<sup>36</sup>. Giovanni Levi chega a avançar, por exemplo, que a “crítica da memória” em Ricoeur e mais ainda as análises de Agamben entreabrem as “portas do negacionismo”<sup>37</sup>.

### Trabalho de memória versus dever de memória?

O que Ricoeur denuncia quando aborda o abuso do “dever de memória” é a transformação do “dever de fazer justiça, pela lembrança, a outrem”, e por prioridade moral às vítimas, em “direção de consciência que se proclama porta-voz da demanda de

<sup>35</sup> Sabina Loriga, “La tâche de l'historien”, in Olivier Abel, Enrico Castelli-Gattinara, Sabina Loriga, Isabelle Ullern-Weité (eds.), *La juste mémoire : lectures autour de Paul Ricœur*, Paris, Éditions Labor et Fides, 2006.

<sup>36</sup> Christian Delacroix, “Les historiens français et *La mémoire, l'histoire, l'oubli* de Paul Ricœur : une réception en trompe-l'œil?”, in François Dosse et Catherine Goldenstein (dir.), *Paul Ricœur : penser la mémoire*, Paris, Le Seuil, 2013.

<sup>37</sup> Giovanni Levi, “Les historiens, la psychanalyse et la vérité”, in Olivier Abel, Enrico Castelli-Gattinara, Sabina Loriga, Isabelle Ullern-Weité (eds.), *La juste mémoire*, op. cit., p. 87.

justiça das vítimas” e que pode ser considerado como uma “captação da palavra muda das vítimas”<sup>38</sup>. Essa observação, que entra em ressonância com as análises de Primo Levi sobre as “testemunhas integrais” do Holocausto, não deveria mais nos servir para a análise concreta de algumas reivindicações memórias contemporâneas? É nessas condições que o dever de memória pode, segundo Ricoeur, “entrar em curto-circuito” e enterrar o trabalho da história.

A noção de trabalho de memória lhe permite ao mesmo tempo não nutrir suspeitas acerca da ambição de verdade e de fidelidade da memória, garantindo ao mesmo tempo à história um espaço próprio para o seu trabalho crítico e superar os riscos de enclausuramento memorial com a reintrodução de uma dinâmica dirigida ao futuro, com o tema cívico da justa memória, que se insere na dimensão pragmática e moral da memória.

A noção de “trabalho de memória” que Ricoeur prefere à de “dever de memória” é decalcada do termo freudiano de trabalho do luto, para neutralizar o “dever de memória” neurótico por meio de um “trabalho da memória” que permite uma relação crítica e distanciada com o passado.

Ricoeur avança pelo menos dois argumentos fortes para legitimar a transposição para o plano da memória coletiva das categorias freudianas. O primeiro argumento é a lembrança das extrapolações do próprio Freud para “o outro do psicossocial” e para “o outro da situação histórica” em textos como *Totem e Tabu* ou *O Mal-estar na Civilização*, mas também a lembrança das interpretações próximas da hermenêutica da psicanálise (Ricoeur evoca alguns trabalhos de Habermas). O segundo argumento – e o mais importante segundo Ricoeur – é a constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária. Ricoeur evoca sobretudo a esse respeito “as condutas de luto [que] constituem um exemplo privilegiado de relações cruzadas entre a experiência privada e a experiência pública”.

Além dos grandes desenvolvimentos que utilizam os conceitos da psicanálise para analisar a “memória impedida”, é na dinâmica do projeto de uma justa memória que

---

<sup>38</sup> Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, op. cit., p. 108.

Ricoeur propõe tomar a cura analítica como modelo para enfrentar as patologias sociais da memória. Analisando o trabalho de Henry Rousso sobre a “síndrome de Vichy”, a quem ele reconhece a qualidade de “ato de cidadania”, ele legitima por sua “eficácia heurística” e por sua “eficácia hermenêutica” (que permite a ordenação dos sintomas da síndrome) a “transposição historizante de alguns conceitos psicanalíticos”<sup>39</sup> que Rousso põe em prática sobre a base do conceito de obsessão, a “obsessão do passado”. Ricoeur sustenta que a sociedade pode, por um trabalho sobre si mesma, colocar a invasão memorial à distância, e até realizar um trabalho de luto análogo ao que pode fazer o indivíduo, e convida a inspirar-se na cura para pensar o trabalho de memória de uma sociedade, e ao final se interroga sobre a ausência de terapeutas reconhecidos nas relações inter-humanas: “Não se pode dizer que, nesse caso, é o espaço público da discussão que constitui o equivalente do que se chamava acima de ‘arena’ como região intermediária entre o terapeuta e o analisando?”, escreve Ricoeur<sup>40</sup>. O que reintroduz igualmente a noção estratégica de trabalho, contra os “desvios perversos” realizados pelos abusos de memória, é a questão da nossa responsabilidade, as perturbações da memória não são somente sofridas, mas nós somos responsáveis por elas, escreve Ricoeur. Não se trata, portanto, de colocar em competição memória e história, mas de considerar como pode se realizar a “reapropriação do passado histórico por uma memória que a história introduziu e com muita frequência feriu”. Contra a propensão passadista e unilateralmente retrospectiva induzida pela obsessão memorial e os abusos de memória, ele propõe retomar a ideia de Todorov de “extrair das lembranças traumáticas o valor exemplar que somente um retorno da memória em projeto pode tornar pertinente”. Esse retorno da memória em projeto é uma outra figura do empreendimento de “desfatalização da história”, que é uma das grandes constantes da obra de Ricoeur, e aqui a desfatalização deve lutar contra o determinismo da obsessão memorial. É igualmente esse retorno que deve permitir aos atores sociais reconquistar “o domínio da sua capacidade de fazer narrativa” que a tirania da memória entrava gravemente. Ricoeur insiste nisto: é preciso manter juntas as duas dimensões da

---

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 581

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 95.

memória: a dimensão veritativa (sua relação com o que foi) e a sua dimensão pragmática, seus usos que não devem ser abusos.

Encontra-se aqui a vontade obstinada de Ricoeur de encontrar um projeto determinado, um futuro atingível, em suma, um horizonte de espera, pois o que o culto da memória pela memória oblitera e opacifica é “a vista do futuro, a questão do fim, da implicação moral”<sup>41</sup>. Ricoeur abre aqui pistas para explorar as implicações temporais da memória abusivamente obrigada em termos de regime de historicidade, de relação contemporânea com o tempo marcado pelo déficit de horizonte de espera (a “crise do futuro”), característica do que François Hartog chamou de “presentismo”. Essa questão da noção de trabalho de memória, propriamente política em sentido estrito, ou seja, preocupada com o viver melhor em conjunto na cidade, foi muito pouco percebida pelas críticas de Ricoeur acerca da questão do dever de memória ou invalidada em nome da recusa do normativo.

Certamente, as reticências de numerosos historiadores ao uso das categorias psicanalíticas para a análise do coletivo e do social podem ser entendidas e discutidas.

Eu gostaria, contudo, de indicar, entre outros, dois caminhos abertos por Ricoeur em direção dos historiadores e que me parecem particularmente fecundos e passíveis de desenvolvimento. O primeiro é a ideia do nó formado pela memória, identidade, tempo, narrativa e representação do passado desenvolvida por Ricoeur a partir do tema da fragilidade da identidade tanto pessoal quanto coletiva. A ligação entre memória e identidade não é, evidentemente, própria de Ricoeur (penso aqui no trabalho de Pierre Nora), mas Ricoeur complexifica e densifica de certo modo essa configuração acrescentando-lhe o tempo e a narrativa (sem falar evidentemente da representação do passado!) que por excelência pertencem ao domínio de reflexão dos historiadores. É assim que a tensão e a “desrazão” identitárias se nutrem ao mesmo tempo de uma memória que relega a identidade à busca do mesmo e que, portanto, a fecha ao outro e nas armadilhas da narratividade memorial que torna possível “a ideologização da memória”, pois, lembra Ricoeur, é pela “função mediadora da narrativa que os abusos da

---

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 105.

memória se fazem abusos do esquecimento”. É nesse nível da argumentação, no último capítulo da terceira parte de *A memória, a história, o esquecimento*, dedicado ao esquecimento, que Ricoeur evoca a “relação estreita” entre memória, narrativa, testemunho e representação do passado”, em que se acha, assim, o fio de Ariadne do “enigma da representação do passado”. O segundo caminho que eu gostaria de sugerir, para os historiadores, a partir das reflexões de Ricoeur, sempre sob os auspícios da memória histórica doente e da fragilidade da identidade, é o tema da “relação fundamental da história com a violência”, da “herança da violência fundadora”<sup>42</sup>. Os trabalhos históricos que reivindicam uma antropologia da violência participam amplamente dessa perspectiva e poderiam encontrar na obra de Ricoeur matéria para refletir acerca da violência não mais em termos de domínio ou de abordagem histórica, mas em termos de estrutura insuperável da historicidade e dos modelos temporais dos atores sociais.

Ricoeur, ao propor o conceito de “trabalho de memória”, não faz um questionamento sobre o dever de memória, mas sobre seus possíveis usos para a intimidação relativamente ao trabalho crítico da história – ele encontra assim, sem poder assimilar-se a ela, a temática dos “abusos de memória” desenvolvida sobretudo por Tzvetan Todorov, Jean-Michel Chaumont ou ainda Emmanuel Terray (para ficar nos autores de língua francesa) e que é retomada por numerosos historiadores. Esses últimos colocam mais ou menos em tensão, e talvez mesmo em oposição, memória e história, e assim dever de memória e dever de história. Essa separação/oposição entre história e memória marca fortemente o texto de convocação à constituição da associação *Liberté pour l’histoire*, cujos protagonistas são René Rémond (antes do seu falecimento) e Pierre Nora (“A história não é a memória” como proclama de saída o texto); essa associação foi criada em 2005 para denunciar as leis ditas “memoriais” no momento de intensos debates acerca da lei relativa aos repatriados da África do Norte, que estipulava que os programas escolares reconhecessem o “papel positivo” da colonização. Essa posição de *Liberté pour l’histoire* subestima ou ignora a tese ricoeuriana sobre a função matricial da memória em relação à história. Contudo, para Ricoeur, o enraizamento memorial da representação

---

<sup>42</sup> Paul Ricoeur, *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, op. cit., p. 95 et 99.

historiográfica, longe de enfraquecer a capacidade da história de representar o passado, não lhe assegura ao contrário um estatuto referencial derivado, sendo a memória, como escreve Ricoeur, a melhor (e em todos os casos a única da qual nós dispomos) “guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado”<sup>43</sup>? Defendo ademais que a tese da memória como matriz da história pertence a uma camada do raciocínio que permite a ligação entre fenomenologia da memória, epistemologia da história e ontologia da condição histórica.

É um ponto sobre o qual insistem, por exemplo, Antoine Prost<sup>44</sup> e Sabina Loriga, que lembram, seguindo Ricoeur, que uma crise geral do testemunho – que é a expressão e o vetor da memória –, na situação atual, não é tolerável para a história, pois ela o cortaria do seu único enraizamento vivo no real histórico. Esse ponto é particularmente importante para a HTP, que tem a particularidade de se “fabricar” no tempo mesmo dos atores e das testemunhas dos fenômenos que ela estuda, o que torna tanto mais sensível e mais operativa essa função matricial da memória, que assegura igualmente um papel de ponto de parada para os riscos de descarrilamento do passado e para as dúvidas céticas radicais quanto às capacidades da história de dizer a verdade sobre o passado.

Para numerosos historiadores, a questão principal desse debate sobre as relações entre história e memória, cuja tematização foi iniciada por Pierre Nora, é a do grau de autonomia da história em relação à memória, e, portanto, a do seu estatuto científico. A tese da oposição entre história e memória, que culmina com a distinção/oposição entre dever de história e dever de memória, pretende certamente defender o caráter científico da história. Mas esse caráter científico da história é geralmente considerado em uma acepção estritamente epistemológica ou mesmo metodológica, destacada do seu referente vivido que é o da memória e do testemunho.

Esse longo desvio através de Ricoeur permite não reduzir a questão das relações entre história e memória apenas à historicização da memória como novo objeto da história (e particularmente como um dos objetos próprios à HTP) e assim assegurar melhor o estatuto matricial do testemunho (como expressão da memória das

<sup>43</sup> Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, op. cit., p. 106

<sup>44</sup> Antoine Prost, “La guerre de 1914 n’est pas perdue”, *Le Mouvement Social* 2/2002, n° 199, p. 95-119.



testemunhas e dos atores) para a história e portanto reintegrar essa questão na análise da singularidade da HTP em um nível propriamente epistemológico, que não é apenas o da metodologia histórica. Nessa perspectiva, a HTP é uma prática da história que une, e do modo mais explícito, os componentes do “enigma” da representação historiográfica do passado: a sua matriz testemunhal, a sua função de aumento do significado para o real representado em relação ao testemunho e seus usos no espaço público.

Como, nessas condições, pôr a questão do “dever de história” do historiador em face dos passados feridos? Trata-se de aceitar a pluralidade das memórias sem as hierarquizar nem as submeter a um julgamento de valor em vista de estabelecer uma “paz memorial” sem vencedores nem vencidos? Ou trata-se de trabalhar para construir uma “justa memória”, para retomar uma expressão de Ricoeur, que possa gerar consenso no corpo social, com o risco de prescrever uma nova versão da “história oficial” ou mesmo de fazer dos historiadores taumaturgos encarregados de curar as patologias históricas das sociedades? Outras tantas questões que carregam temáticas do papel social do historiador<sup>45</sup> e dos usos públicos da história.

#### IV) A História do Tempo Presente sob o risco das demandas sociais.

A questão dos usos públicos da história diz respeito a uma outra linha de argumentação importante para singularizar a HTP, que passa pela questão da relação com a demanda social<sup>46</sup>.

##### *A relação ambígua da história do tempo presente com a demanda social*

Essa questão também foi trazida como argumento contra as práticas dominantes da HTP nos anos 1990, em particular por Gérard Noiriel. O principal argumento de Noiriel contra a história praticada pelo Instituto de História do Tempo Presente liga-se precisamente com “as relações contraditórias que a HTP tem com a demanda social” e

<sup>45</sup> Olivier Dumoulin, *Le rôle social de l'historien. De la chaire au prétoire*, Paris, Albin Michel, coll. “Bibliothèque Albin Michel Histoire”, 2003.

<sup>46</sup> Christian Delacroix, “L’histoire du temps présent au risque de la demande sociale”, in M. Crivello, P. Garcia et N. Offenstadt, (dir.), *La concurrence des passés. Usages politiques du passé dans la France contemporaine*, Aix-en-Provence, Publications de l’Université de Provence, 2006.

com a questão que lhe é conexa, a da sua perícia em história. Noiriel observa que “a ideia de que o historiador é antes de tudo um perito ou um juiz tende a se disseminar” e que “uma parte dos historiadores do tempo presente se ocupa, aliás, de confortar essa imagem”; ele denuncia “a importância extrema que tomou a lógica de perícia” que “tende a fazer do historiador um tipo de juiz supremo que distribui os bons e os maus pontos [...]” e ele fala a esse respeito de “deriva” e de “sentimento de mal-estar”<sup>47</sup>. De modo mais geral, Noiriel acusa os historiadores midiáticos, “intelectuais de governo” (como René Rémond e Jacques Julliard), que asseguram a interface entre o meio profissional e a sociedade, mas não o fazem senão ao preço de graves distorções e contorções”<sup>48</sup>. François Bédarida e Henry Rousso responderam a essas críticas<sup>49</sup>. Segundo Henry Rousso, Noiriel “comete um erro de perspectiva”, pois o “diálogo permanente” da história do tempo presente e da “demanda social” veio “após as escolhas científicas”<sup>50</sup>. É preciso lembrar também que Bédarida havia exprimido muito cedo as suas dúvidas e suas prevenções acerca da demanda social. Desde as primeiras sessões do seminário<sup>51</sup>, que ele manteve no início dos anos 1980, ele se pergunta sobre o que chama de “desafio que constitui essa demanda social”: “Em face da demanda social, qual é a liberdade do historiador? Ele não corre o risco de alienar a sua liberdade [...]?” ou ainda “Como afirmar a independência do historiador ao mesmo tempo que responde à demanda social?”<sup>52</sup>. De todo modo, o tema da demanda social permanece, desde o início, no centro do empreendimento de legitimação da história do tempo presente, que o erige em “marcador identitário”. A noção – eis um ponto levantado com frequência – tem espectro amplo, plástico, e até mesmo fluido, uma “realidade complexa e inapreensível”, escreve Henry Rousso. Nos textos de Bédarida, pode designar tanto a consciência histórica (no sentido em que o historiador molda a consciência histórica de seu tempo), a clássica demanda de Estado (tipo de comemoração), as solicitações das mídias ou as

<sup>47</sup> Gérard Noiriel, *Les origines républicaines de Vichy*, Paris, Hachette, 1999, p. 10-43 et p. 288.

<sup>48</sup> Gérard Noiriel, *Les Fils maudits de la République. L'avenir des intellectuels en France*, Paris, Fayard, 2005.

<sup>49</sup> François Bédarida, “Le temps présent et l'historiographie contemporaine”, *Vingtième siècle*, n° 69, janeiro-março de 2001, p. 154 e Henry Rousso, “L'histoire du temps présent, vingt ans après”, *Bulletin de l'IHTP*, n° 75, junho de 2000.

<sup>50</sup> Henry Rousso, *ibid.*, p. 29.

<sup>51</sup> As fitas magnéticas das sessões do seminário “de método” de François Bédarida estão conservadas no IHTP (SEM 0001 a SEM 0029), para os anos 1980 a 1985 – com lacunas.

<sup>52</sup> François Bédarida, seminário de método EHESS/IHTP, sessão de 15 de novembro de 1982.

demandas privadas, quer elas emanem de indivíduos, quer de empresas ou ainda de grupos e de comunidades.

O tema das relações entre história e consciência histórica (que é desenvolvido igualmente por Pierre Nora), que Bédarida anuncia como eixo de reflexão desde a primeira sessão do seu seminário em 1980, é sem dúvida o mais ambicioso e o mais difícil de argumentar, próximo de mais, talvez, para muitos historiadores, de um procedimento atribuído aos filósofos da história.

Recentemente, a inserção crescente dos historiadores nas práticas da cultura digital, com os portais, os blogs, os wikis, os recursos de documentação on-line, ou ainda as formações on-line (sobretudo na forma de MOOC – *massive open online courses*), os confronta não somente com novas formas de difusão e de vulgarização dos seus saberes, mas também com novas formas de demandas sociais e de debates que estão implicadas na interatividade dessas práticas digitais<sup>53</sup>.

Ora, o potencial de instrumentalização e de subjetivismo dessa questão da demanda social pode fragilizar a legitimidade científica da história do tempo presente. O que explica talvez a inflexão significativa das posições dos defensores da HTP na França, no sentido de um distanciamento crescente da pressão da demanda social – da sua “sacralização” – que leva, por exemplo, François Bédarida a sustentar – desde 1998 – que “muito antes de ser a réplica a uma expectativa do público”, a história “responde em primeiro lugar e antes de tudo a uma necessidade de conhecimento”<sup>54</sup>. No mesmo sentido, Henry Rousso, por sua vez, adverte contra “a instrumentalização da perícia” e reafirma veementemente o dever de verdade do historiador, que responde a uma demanda social, “bom ou mau grado daquele que solicitou a pesquisa”; suas posições contra a “judicialização do passado” e “a história judicial” reforçam ainda esse recuo epistemológico em relação ao “dever de verdade”<sup>55</sup>. Mas não há mais que uma inflexão

<sup>53</sup> Philippe Poirrier, “Internet et les historiens”. In Christian Delacroix, François Dosse, Patrick Garcia et Nicolas Offenstadt (dir.), *Historiographies. Concepts et débats*, Gallimard, 2010, p. 468-475.

*Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 2011 /5 (n° 58-4bis), dossiê: “Le métier d'historien à l'ère numérique : nouveaux outils, nouvelle épistémologie ?”.

<sup>54</sup> François Bédarida, “L'historien régisseur du temps ? Savoir et responsabilité”, *Revue historique*, janeiro-março de 1998, p. 22-23.

<sup>55</sup> Henry Rousso, *La hantise du passé*, Paris, Textuel, p. 84-89.

entre a afirmação de Bédarida segundo a qual o historiador molda a consciência histórica dos seus concidadãos e a recusa por parte de Henry Rousso do “papel de historiadores taumaturgos capazes de tratar uma crise de identidade ou de legitimidade, individual, social ou nacional”<sup>56</sup>.

### A história do tempo presente, “filha do seu tempo”?

O desafio epistemológico mais difícil (e que lhes é específico) para os historiadores que reivindicam a HTP (pelo menos para aqueles que lidam com questões epistemológicas) continua sendo, portanto, justificar a sua reivindicação da necessidade de responder a demanda social e a tese segundo a qual “o procedimento do historiador está na dependência direta da demanda social”<sup>57</sup> ao mesmo tempo em que não transige com a pretensão de objetividade que é um valor chave da “cultura do ofício” dominante entre os historiadores. Um argumento importante de legitimação da HTP é, com efeito, que ela responderia a uma “nova demanda social” de história na virada dos anos 1970 e mais amplamente que ela é o “produto” de um novo contexto. A afirmação da história do tempo presente está assim ligada a um contexto externo (intelectual, social, econômico, político) e participaria do que François Bédarida chama de “virada epistemológica” da disciplina nos anos 1970, que vê “a reintegração do presente no território do historiador” no momento em que a história se redefiniria “em relação à sociedade”<sup>58</sup>.

Esse procedimento contextualizante da aproximação causal entre macrocontexto e evoluções intelectuais não é próprio de Bédarida; encontramos-lo sobretudo em Pierre Nora, que explica as evoluções historiográficas na França a partir dos anos 1970 (o que ele chama de entrada da historiografia em sua “era epistemológica” ou ainda “descontinuidade historiográfica”) colocando-as em relação com as evoluções sociopolíticas. Patrick Garcia fala de “circularidade” em relação justamente a essas análises de Nora: “a evolução da sociedade francesa coincide com uma mutação da historiografia, tanto uma como a outra “chamam” uma nova maneira de escrever a

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>57</sup> François Bédarida, intervenção no 19º Congresso Internacional das Ciências Históricas, Oslo, 6-13 de agosto de 2000.

<sup>58</sup> François Bédarida, “Le temps présent et l’historiographie contemporaine”, *op. cit.*, p. 153-154.

história da França, essa história nova corresponde à nova consciência que os franceses têm da França e se torna necessária para continuar a pensar o que “nos” une. O raciocínio é infalsificável [...]”<sup>59</sup>. A análise das mediações permanece, com efeito, singularmente pobre nesse gênero de correlação mecânica entre um macrocontexto externo e modalidades de escrita da história.

François Bédarida diagnostica além disso, tomando parte nessa virada epistemológica da história, uma mutação da relação do tempo, “uma relação diferente com o tempo no interior do par objeto/passado – historiador/presente”<sup>60</sup> que ele descreve ainda como “uma relação completamente nova entre passado, presente e futuro”<sup>61</sup>. Ele encontra também nisso propostas próximas das de Pierre Nora – a partir dos trabalhos de Reinhart Koselleck e de Paul Ricoeur – sobre o novo arranjo entre um “futuro sem porvir”, imprevisível, um passado “que retornou à sua opacidade” e o “presente que se tornou a categoria da nossa compreensão de nós-mesmos”<sup>62</sup>.

Na mesma linha argumentativa que a de François Bédarida, Henry Rousso legitima a HTP como prática singular recorrendo à noção de “regime de historicidade” proposta por François Hartog; o surgimento da história do tempo presente “e o lugar dominante ocupado na disciplina são concomitantes de uma nova relação com o tempo, de um novo “regime de historicidade”, no qual a experiência do passado e a crença em um futuro melhor se apagam em proveito de uma celebração do presente efêmero”, escreve ele<sup>63</sup>.

A noção é certamente importada de um outro programa de pesquisa<sup>64</sup>, mas ela é próxima da temática da “consciência histórica” e das relações entre passado, presente e

<sup>59</sup> Patrick Garcia, “Les lieux de mémoire, une poétique de la mémoire?”, *EspacesTemps*, n° 74-75, p. 122-142.

<sup>60</sup> François Bédarida, “Le temps présent et l’historiographie contemporaine”, *op. cit.*, p. 155.

<sup>61</sup> François Bédarida, “La morale de l’histoire”, in Dimitri Nicolaidis (dir.), *Oublier nos crimes*, Paris, Autrement, 1994, p. 213.

<sup>62</sup> Pierre Nora, “Comment écrire l’histoire de France?”, *Les Lieux de mémoire*, t. III, vol. 1, Gallimard, 1993, p. 27.

<sup>63</sup> Henry Rousso, *Propos recueillis par Thierry, Jobard* “Trois questions à Henri Rousso. Repenser l’histoire du temps présent”, *Sciences humaines* 1/2013 (N° 244), p. 10-10.

<sup>64</sup> A noção de “regime de historicidade” foi tematizada por François Hartog e Gérard Lenclud, em particular a partir da obra de Marshall Sahlins e dos trabalhos sobre a semântica dos tempos históricos de Reinhart Koselleck e de Paul Ricoeur. Pierre Nora (em *Lieux de mémoire*) e Bernard Lepetit desenvolveram também uma reflexão sobre essa temática da relação social com o tempo.

François Hartog, *Régimes d’historicité. Présentisme et expériences du temps*, *op. cit.*

Ver também: Christian Delacroix, “Régime d’historicité: généalogie d’une notion”, in Christian Delacroix, François Dosse, Patrick Garcia (dir.), *Historicités*, Paris, La Découverte, 2009, p. 29-45.

futuro que são muito presentes nas análises de Bédarida. A admitirmos essa hipótese muito geral de uma mudança de relação com o passado de “regime de historicidade”, não há nada de surpreendente no fato de ela ter dito respeito também à escrita da história”, escreve por sua vez Henry Rousso<sup>65</sup>. Com a noção de “regime de historicidade”, a objetivação do projeto intelectual da história do tempo presente e a justificação de uma relação específica dessa história com a demanda social são ainda reforçadas à medida que esse projeto se torna uma das manifestações de uma mudança “objetiva” na relação social com o tempo. Em que medida essa noção de “regime de historicidade” pode neutralizar a carga “anticientífica” da demanda social? Em que medida ela pode determinar um novo programa de pesquisa para uma história do tempo presente que reivindique responder à demanda social? Não seria ela uma das noções destinadas a endurecer a cientificidade de uma disciplina, sem grandes efeitos cognitivos (para a pesquisa empírica) e limitada a um uso de justificação “externa”? Tomada no sentido de relação social com o tempo, a noção de regime de historicidade designa um fenômeno objetivável<sup>66</sup>, completamente “destacável” de certo modo da operação analítica do historiador, donde a força potencial de uma justificação epistemológica por meio dessa noção. Em nosso caso, a história do tempo presente se torna não somente uma consequência do surgimento de uma nova cultura social do tempo, ou seja, do novo regime de historicidade presentista, mas ela é também a modalidade da consciência histórica adaptada a essa nova historicidade. François Hartog observa igualmente que “a insistência dos primeiros *Annales* na indispensável preocupação com o presente” toma o seu sentido em relação a esse novo tipo de relação com o tempo.

Há, portanto, uma confusão (no sentido de mistura) entre a objetividade de uma relação social com o tempo, qualificado de presentismo, e uma postura epistemológica que privilegia os liames de inteligibilidade entre presente e passado segundo a qual toda história se escreve no presente, que é o “velho” presentismo epistemológico de Croce,

---

<sup>65</sup> Henry Rousso, “L’histoire du temps présent, vingt ans après”, *op. cit.*, p. 28.

<sup>66</sup> Embora François Hartog dê alguns exemplos literários, as manifestações que ilustram essa nova relação com o tempo ainda estão, contudo, por explorar e descrever. O que põe o problema do tipo de objetos a analisar (com as fontes correspondentes) para as constituir em “provas” de existência desse novo regime de historicidade. Mas a objetivação de tais objetos está na dependência da historicidade do questionamento do historiador.

Collingwood ou de Marrou (para citar apenas as principais referências mobilizadas pelos defensores da HTP). Tratar-se-ia de certo modo de uma ilustração da relação inseparável entre o objeto e o sujeito, cara às epistemologias antipositivistas. Para um regime de historicidade diferente, “regime historiográfico” diferente: “os modelos historiográficos [...] não seriam os produtos de regimes de historicidade específicos?”<sup>67</sup>. O liame quase mecânico entre historicidade e escrita da história tem, contudo, um “preço teórico”, a saber, o de fazer da história a expressão da consciência histórica de uma época: o presentismo epistemológico seria, nessa perspectiva, o “produto” do novo regime de historicidade presentista. Não é certo que essa ambiguidade seja operativa, e o argumento do contexto externo pode ser analisado como um revelador das aporias historiográficas que dizem respeito à questão da função social da história.

Henry Rousso em seus últimos trabalhos reorientou seus questionamentos, sobretudo acerca da noção de contemporâneo e do inacabamento dos processos estudados, registrando dificuldades em estabilizar uma periodização adaptada ao tempo presente. Fazendo da HTP uma história dos últimos traumatismos coletivos e dando assim, em particular, à Segunda Guerra Mundial o *status* de “última catástrofe” significativa (por contraste, essencialmente) para o nosso presente, Rousso acentua incontestavelmente a orientação dos trabalhos do polo do Instituto de História do Tempo Presente em direção do campo já amplamente privilegiado dos estudos das violências paroxísticas consideradas como características da nossa modernidade. Mas, paralelamente, ele busca recompor a identidade da HTP e, portanto, do seu fazer história com base nas ideias de incompletude, de indeterminação, de inacabamento e de instabilidade do objeto “tempo presente”. Se Rousso almeja suavizar os procedimentos de singularização estreitamente “cronológica” da HTP, contudo ele não abandona com isso a ideia de um liame quase causal entre esta última e o regime de historicidade presentista que permanece assim mantido como um critério último de singularidade. O que, também aqui, assinala talvez uma aporia insuperável do ato de “colocar em espessura temporal” o tempo presente.

---

<sup>67</sup> François Hartog e Gérard Lenclud, “Régimes d’historicité”, in Alexandre Dutu e Norbert Dodille (éds.), *L’état des lieux en sciences sociales*, Paris, L’Harmattan, 1993, p. 26.

Essas afirmações são, sem dúvida, uma maneira de responder à intensificação dos debates sobre os usos públicos da história que recolocam de modo renovado a questão do liame que pode ser dificilmente quebrado entre trabalho historiográfico, posicionamento ideológico e moral e enraizamento social do historiador, debates nos quais a HTP está, mais do que qualquer outra talvez, envolvida. Mas essas afirmações estão, por outro lado, amplamente em ressonância com as críticas renovadas do tempo linear e homogêneo (na linha dos trabalhos de Walter Benjamin e Siegfried Kracauer<sup>68</sup>) e com as reflexões contemporâneas atinentes às historicidades entrecruzadas e defasadas, ou ainda as que dizem respeito ao presente considerado como um “passado em deslizamento” (Bernard Lepetit) que deram uma nova acuidade às críticas já antigas de todos os pensamentos do recorte cronológico em períodos homogêneos e à epistemologia que absolutiza o corte passado/presente. São reflexões que contribuíram ao mesmo tempo para refundar a identidade historiográfica em torno da exploração dos mecanismos temporais.

Talvez seja em torno da noção de contemporaneidade que é necessário estreitar o questionamento para tentar discernir o que seria uma singularidade – relativa – da HTP<sup>69</sup>.

*História do tempo presente: a prova pela contemporaneidade?*

Para terminar, retomo uma observação de Henry Rousso acerca das testemunhas: “Não é tanto a existência de testemunhas das quais a história pode colher diretamente as palavras que me parece uma singularidade, quanto as relações conscientes e inconscientes que se estabelecem entre historiadores e atores que falam de um mesmo período de um ponto de vista diferente”.<sup>70</sup> Essa questão do “estar vivo” das testemunhas

<sup>68</sup> Philippe Despoix, Pierre Schöttler (dirs.), *Siegfried Kracauer, penseur de l'histoire*, Saint-Nicolas-Paris, Presses de l'Université Laval-Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2006.

Patrick Vassort, “Sous le regard de Kracauer. Socio-anthropologie politique du temps présent”, *Raisons politiques*, 2012/1 (n° 45), p. 235 – 249.

<sup>69</sup> Sobre a noção de “contemporâneo”, a bibliografia é imensa... Ver em particular as discussões suscitadas pelo livro de Giorgio Agamben, *Qu'est-ce que le contemporain?*, Paris, Payot & Rivages, 2008 (Edição italiana de 2008). Acerca dos historiadores, ver, entre outros, os dois números 11 e 12 de 2013 da revista *Écrire l'histoire* dedicados à noção de “presente” e, sobretudo, a entrevista de Patrick Boucheron com Vincent Casanova, “L'histoire pour espacer le temps”, *Écrire l'histoire*, 11, 2013, p. 75-86.

<sup>70</sup> Henry Rousso, *Propos recueillis par Jobard Thierry*, “Trois questions à Henri Rousso. Repenser l'histoire du temps présent”, *Sciences humaines* 1/2013 (N° 244), p. 10-10.



(que é ela também a do “estar vivo” da sua memória) remete, portanto, à da contemporaneidade entre testemunhas e historiadores, ou seja, ao fato de escrever a história dos vivos e, portanto, uma história dos contemporâneos daquele que escreve a história. A contemporaneidade do historiador do tempo presente é, de certo modo, uma contemporaneidade em segundo grau, o presente é para ele um presente redobrado, o da escrita e o do seu objeto.

Na mesma perspectiva, Pierre Laborie prefere a noção de “muito contemporâneo” à de tempo presente, e é à medida que, segundo ele, “essa denominação de ‘muito contemporâneo’ se refere menos à brevidade do tempo transcorrido entre o evento e o seu estudo [...] do que à ideia de contemporaneidade. [...] Assim] o estudo do passado próximo, o objeto do muito contemporâneo seria uma reflexão sobre as causas, as temporalidades e os fundamentos da contemporaneidade, sobre os usos do passado no presente – inclusive os de um passado relativamente afastado que está ressurgindo”<sup>71</sup>.

As concepções do tempo histórico unilateralmente linear, contínuo, homogêneo e orientado pela noção de progresso faziam do presente o resultado da sucessão dos eventos anteriores que o determinam. Inversamente, em uma perspectiva segundo a qual o tempo histórico é heterogêneo e descontínuo, o presente é então pensado, para retomar a fórmula de Walter Benjamin, como um “entrelagos” de tempos diferentes, uma “pluralidade de tempos copresentes” feito de surgimentos, de reapropriações, de retomadas do passado – de “pós-golpes” – e ressoa “passados que não passam”, “passados não resolvidos”, “possíveis do passado não realizados”. A noção de “não contemporaneidade do contemporâneo” pretende dar conta dessa imbricação no mesmo presente de séries temporais diferentes: “Nem todos são presentes no mesmo tempo presente” (Ernst Bloch)<sup>72</sup>. Como escreve François Dosse, ver o presente “como da alçada da contemporaneidade do não-contemporâneo cujas raízes mergulham na

<sup>71</sup> Pierre Laborie, *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération*, Paris, Edition Desclée de Brouwer, 2001.

<sup>72</sup> Ernst Bloch, *Héritage de ce Temps*, trad. J. Lacoste, Paris, Payot, 1978 (1ª edição em alemão, 1935).

Ver também:

Azoumana Ouattara, “Ernst Bloch visionnaire de notre temps”, *Le Portique* [on line], 5-2007.

Walter Moser, “Le travail du non-contemporain : historiophagie ou historiographie?”, *Études littéraires* n° 222, 1989, p. 25-41.

espessura temporal indefinida da experiência humana, ou seja, todo o presente do passado” permite sair dos impasses das delimitações tradicionais entre períodos<sup>73</sup>. Essa reinserção do presente em uma temporalidade não determinada de antemão significa também, para o nosso presente, lutar contra “a ilusão retrospectiva da fatalidade” e contra os pensamentos da inelutabilidade do desenvolvimento histórico para explorar os futuros possíveis do presente, alternativos e dissidentes muito frequentemente esmagados pelo rolo compressor da necessidade racional, o que manifesta o novo interesse pela história contrafactual<sup>74</sup>. Explorar assim as “promessas não cumpridas do passado” (para retomar uma expressão de Paul Ricoeur) é, portanto, também tentar encontrar mundos sociais, políticos e culturais abandonados, esquecidos ou reprimidos, mas que fizeram (e ainda fazem) parte do real histórico vivido, esperado ou temido pelos atores – os atores ordinários em primeiro lugar.

Se, como escreve Bernard Lepetit, “O tempo histórico se realiza no presente”, “o passado é um presente em deslizamento” e o presente é feito de “reusos do passado”<sup>75</sup>, a categoria de contemporaneidade pode indicar essa forma de copresente do historiador com o seu material, que sempre foi um presente para os atores históricos que ele estuda. Essa contemporaneidade seria, portanto, uma condição da escrita de toda a história, e não somente da HTP. Mas no caso dessa última, verifica-se uma espécie de exacerbação da presentificação do passado, uma vez que esse passado é próximo e vivo, compreensível no mesmo universo mental do historiador.

A HTP, debatendo-se com um presente trabalhado por temporalidades múltiplas, é confrontada com a difícil gestão dessa multiplicidade, mas sem dúvida um pouco mais do que outra história; a instabilidade, o inacabamento do objeto e a coexistência/confrontação entre historiadores e atores reforçam para ela as exigências comuns a toda a história, entre as quais a de dever levar em conta o incessante vaivém

<sup>73</sup> Ernst Bloch, *Héritage de ce Temps*, trad. J. Lacoste, Paris, Payot, 1978 (1ª edição em alemão, 1935).  
Voir également :

Azoumana Ouattara, “Ernst Bloch visionnaire de notre temps”, *Le Portique* [on line], 5-2007.

Walter Moser, “Le travail du non-contemporain : historiophagie ou historiographie?”, *Études littéraires* n° 222, 1989, p. 25-41.

<sup>74</sup> Quentin Deluermoz et Pierre Singaravélou, *Pour une histoire des possibles. Analyses contrefactuelles et futurs non advenus*, Paris, Seuil, 2016.

<sup>75</sup> Bernard Lepetit, “Le présent de l’histoire”, in Bernard Lepetit (dir.), *Les formes de l’expérience. Une autre histoire sociale*, Paris, Albin Michel, 1995, p. 296.

A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?  
Christian Delacroix

cognitivo entre passado e presente (sobre o qual haviam já insistido enfaticamente Marc Bloch e Lucien Febvre). A HTP estaria então em um lugar privilegiado para colocar essas reflexões à prova de suas pesquisas empíricas, uma posição certamente singular, mas de modo nenhum fora do ordinário do fazer da história.

## REFERÊNCIAS

ABEL, Olivier; CASTELLI-GATTINARA; Enrico, LORIGA, Sabina; ULLERN-WEITÉ, Isabelle. **La juste mémoire**. Genève: Éditions Labor et Fides, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **Qu'est-ce que le contemporain ?** Paris: Payot & Rivages, 2008.

AMACHER, Korine. L'embarrassante mémoire de la Révolution russe. **La Vie des idées**, 14 avril, 2017. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/La-memoire-encombrante-de-la-Revolution-russe.html>>.

BÉDARIDA, François. **Intervenção no 19º Congresso Internacional das Ciências Históricas**. Oslo, 6-13 de agosto de 2000.

BÉDARIDA, François. La morale de l'histoire". In: NICOLAÏDIS, Dimitri (Dir.). **Oublier nos crimes**. Paris: Autrement, 1994, p. 213.

BÉDARIDA, François. Le temps présent et l'historiographie contemporaine. **Vingtième siècle**, n. 69, p. 153-160, jan./mar., 2001.

BÉDARIDA, François. L'historien régisseur du temps? Savoir et responsabilité. **Revue Historique**, p. 22-23, jan./mar., 1998.

BLOCH, Ernst. **Héritage de ce Temps**. Trad. J. Lacoste. Paris: Payot, 1978. (1ª edição em alemão, 1935).

BOT, Florent Le. Le passé a de l'avenir. Au risque de l'enquête, faire surgir 'le levain de l'inachevé'. **L'Homme et la société**, n. 201-202, p. 189-212, mar., 2016.

BROSZAT, Martin; FRIEDLÄNDER, Saul. A controversy about the historicization of National Socialism. **New German Critique**, n.44, p. 85-126, 1988.

A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?

Christian Delacroix

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique (Dir.). **Entre mémoire collective et histoire officielle**: l'histoire du temps présent en Amérique latine. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

CAZALS, Rémy. 1914-1918 : oser penser, oser écrire. **Genèses**, n.46, p. 26-43, jan., 2002.

CORDIER, Daniel; MOULIN, Jean. **L'Inconnu du Panthéon**: 3 vol. Paris: Ed. Jean-Claude Lattès, 1989-1993.

CORNELIßEN, Christoph. Histoire du temps présent et culture mémorielle en Europe. **Histoire, économie & société**, n.35, p. 107- 123, fev., 2016.

CROM, Jean-Pierre Le; MARTIN, Jean-Clément; JEAN-MARC. Le Masson Bernard Edelman et Annette Wiewiorka (Ed.). Dossier "Vérité judiciaire, vérité historique", **Droit et société**, n. 38, 1998.

D'ALMEIDA, Fabrice; MARÉCHAL, Denis (Dir.). **L'Histoire orale en questions**. Médias histoire, Paris: INA, coll., 2014.

DELACROIX, Christian. Les historiens français et La mémoire, l'histoire, l'oubli de Paul Ricœur : une réception en trompe-l'œil ?". In: DOSSE François; GOLDENSTEIN, Catherine (Dir.). **Paul Ricœur : penser la mémoire**. Paris: Le Seuil, 2013.

DELACROIX, Christian. L'histoire du temps présent au risque de la demande sociale. In: CRIVELLO, Maryline; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas. (Dir.). **La concurrence des passés**: Usages politiques du passé dans la France contemporaine. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 2006, p. 271-282.

DELUERMOZ, Quentin; SINGARAVÉLOU, Pierre. **Pour une histoire des possibles**: analyses contrefactuelles et futurs non advenus. Paris: Seuil, 2016.

DESPOIX, Philippe; SCHÖTTLER, Pierre (Dir.). **Siegfried Kracauer, penseur de l'histoire**. Saint-Nicolas-Paris: Presses de l'Université Laval-Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2006.

DOSSE, François; GARCIA, Patrick; DOSSE, François (Dir.). **Historicités**. Paris: La Découverte, 2009.

DESCAMPS, Florence. **L'Historien, l'Archiviste et le Magnétophone**: de la construction de la source orale à son exploitation. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France, coll. "Sources", 2001.

DROIT, Emmanuel. Les césures de l'histoire du temps présent. Approche comparée franco-

A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?  
Christian Delacroix

allemande, Atala. **Cultures et Sciences Humaines**, n.17, p. 167-181, 2014.

DROIT, Emmanuel; REICHERZER, Franz. La fin de l'histoire du temps présent telle que nous l'avons connue. Plaidoyer franco-allemand pour l'abandon d'une singularité historiographique. **Vingtième Siècle**. n. 118, p. 121-145, fev., 2013.

DUMOULIN, Olivier. **Le rôle social de l'historien**: de la chaire au prétoire. Paris: Albin Michel, 2003.

FOUCAULT, Michel, Qu'est-ce que la critique?, **Bulletin de la Société française de philosophie**, n. LXXXIV, 1990.

FOUCAULT, Michel, Qu'est-ce que les Lumières? **Dits et écrits**, Paris: Éditions Gallimard, 2001 vol. II, p. 1381-1397.

GALIMI, Valeria. L'histoire du temps présent en Italie. **La Revue Pour L'histoire Du CNRS**, v.9, 2003.

GARAPON, Antoine. **Peut-on réparer l'histoire?** Colonisation, esclavage, Shoah. Paris: Odile Jacob, 2008.

GARCIA, Patrick. Histoire du Temps présent. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENTADT, Nicolas. (Dir.). **Historiographies**: concepts et débats. Paris: Gallimard, Folio-histoire, 2010.

GARCIA, Patrick. Les lieux de mémoire, une poétique de la mémoire ? **EspacesTemps**, n. 74-75, p. 122-142, 2000.

GRIESSE, Malte. Les mémoires de la révolution russe en Union soviétique : espace guerrier ou espaces publics ?, **Cahiers Sens public**, n. 15-16, p. 85-105, jan., 2013.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003.

HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. Régimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert (Eds.). **L'état des lieux en sciences sociales**. Paris: L'Harmattan, 1993, p. 26.

HEIMPEL, Hermann. **Der Mensch in seiner Gegenwart**: Acht Historische Essays. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1957.

HÉRAN, François. Rite et méconnaissance. Notes sur la théorie religieuse de l'action chez

A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?  
Christian Delacroix

Pareto et Weber. **Archives de sciences sociales des religions**, n. 85, p. 138, 1994.

HILBERG, Raul. **La destruction des Juifs d'Europe**. Paris: Gallimard, coll. Folio-Histoire, 3 tomes, 2006 (1<sup>ère</sup> édit. en anglais, New-York, 1961).

HULAK, Florence. Le tribunal de l'histoire. Vérité historique et vérité judiciaire. **Revue philosophique de la France et de l'étranger**, T141, p. 3-21, jan., 2016.

JEAN, Jean-Paul. Le procès et l'écriture de l'histoire", **Tracés: Revue de Sciences Humaines**, n° HS-93, p. 61-74, 2009. [on line].

JEANNENEY, Jean-Noël. **Le passé dans le prétoire: l'historien, le juge et le journaliste**, Paris: Le Seuil, 1998.

KOUSTOVA, Emilia. La Russie en quête d'une histoire nationale. **Revue Internationale ET Stratégique**, n. 92, p. 65-73, abr., 2013.

KOPOSOV, Nikolay. Le débat russe sur les lois mémorielles. **Le Débat**, n° 158, p. 50-59, jan., 2010.

KOPOSOV, Nikolay. Une loi pour faire la guerre : la Russie et sa mémoire. **Le Débat**, n. 181, p. 103-115, abr., 2014.

LABORIE, Pierre. Historiens sous haute surveillance. **Esprit**, n.198, 1994.

LABORIE, Pierre. **Les Français des années troubles: de la guerre d'Espagne à la Libération**. Paris: Edition Desclée de Brouwer, 2001.

LAGROU, Pieter. Ou comment se constitue et se développe un nouveau champ disciplinaire, **La revue pour l'histoire du CNRS**, n° 9, 2003. Disponivel em: <<http://journals.openedition.org/histoire-cnrs/561>>. Mis en ligne le 24 octobre 2006.

LEDOUX, Sébastien. **Le Devoir de mémoire: une formule et son histoire**. Paris: CNRS Éditions, 2016.

LEPETIT, Bernard. (Dir.). **Les formes de l'expérience: une autre histoire sociale**. Paris: Albin Michel, 1995, p. 296.

MOSER, Walter. Le travail du non-contemporain : historiophagie ou historiographie? **Études littéraires**, n. 222, p. 25-41, 1989.

MARIOT, Nicolas. Faut-il être motivé pour tuer ? Sur quelques explications aux violences de guerre, Genèses. **Sciences sociales et histoire**, v.4, n.53, p. 154-177, dez., 2003.

NOIRIEL, Gérard. **Les Fils maudits de la République: l'avenir des intellectuels en France**. Paris: Fayard, 2005.

NOIRIEL Gérard. **Les origines républicaines de Vichy**. Paris: Hachette, 1999, p. 10-43, p. 288.

NORA, Pierre. Comment écrire l'histoire de France ? **Les Lieux de mémoire**, t. III, vol. 1, Gallimard, 1993, p. 27.

OUATTARA, Azoumana. Ernst Bloch visionnaire de notre temps. **Le Portique** [on line], n.5, 2007.

PESCHANSKI, Denis. Effets pervers. In: VOLDMAN, Danièle (Dir.). La Bouche de la vérité ? la recherche historique et les sources orales. **Les Cahiers de l'I.H.T.P**, p. 33-44.1992.

PROST, Antoine. La guerre de 1914 n'est pas perdue. **Le Mouvement Social**, n. 199, p. 95-119, fev., 2002.

POIRRIER, Philippe. Internet et les historiens. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (Dir.), **Historiographies**. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010, p. 468-475.

PROST, Antoine. La guerre de 1914 n'est pas perdue. **Mouvement social**, n. 199, fev., 2002.

PROST, Antoine. L'histoire du temps présent: une histoire comme les autres, Bilan et perspectives de l'histoire immédiate. **Cahiers d'histoire immédiate**, n.30-31, p. 21-28, outono de 2006/primavera de 2007.

REVUE D'HISTOIRE MODERNE ET CONTEMPORAINE, n. 58-4bis, maio, 2011. Dossiê: "Le métier d'historien à l'ère numérique : nouveaux outils, nouvelle épistémologie ?".

RICŒUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Editions du Seuil, 2000.

ROCKHILL, Gabriel. Comment penser le temps présent ? De l'ontologie de l'actualité à l'ontologie sans l'être. **Rue Descartes**, n. 75, p. 114-126, mar./2012

ROUSSEAU, Frédéric. **Le procès des témoins de la Grande guerre: l'affaire Norton Cru**, Paris, Le Seuil, 2003.

ROUSSO, Henry. **La hantise du passé**. Paris: Textuel, 1998, p. 84-89.

A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?  
Christian Delacroix

ROUSSO, Henry. L'histoire du temps présent, vingt ans après. **Bulletin de l'IHTP**, n. 75, jun., 2000.

ROUSSO, Henry. L'histoire du temps présent, vingt ans après”, **Bulletin de l'IHTP**, n. 75, p. 28., jun., 2000.

ROUSSO, Henry. Propos recueillis par Thierry, Jobard. Trois questions à Henri Rousso. Repenser l'histoire du temps présent. **Sciences humaines**, n.244, p. 10-101, 2013.

ROUSSO, Henry. **Un voyage au Rwanda** [on line]. 2015. Disponível em: <<http://tempresent.hypotheses.org/tag/temoignage>>.

ROUSSO, Henry. Vers une mondialisation de la mémoire, apresentação do dossiê “Mémoires Europe-Asie”, **Vingtième siècle**. n. 94, p.3-10, 2007.

ROZENBERG, Danielle, Espagne: la mémoire retrouvée (1975-2002), **Matériaux Pour l'histoire de Notre Temps**, n. 70, p. 1-6, 2003.

SCHÖTTLER, Peter. La Zeitgeschichte allemande, **Écrire l'histoire**, n.11, p. 61-68. 2013.

SCHÖTTLER, Peter. La ‘zeitgeschichte’ allemande, entre révisionnisme, conformisme et autocritique. **Écrire l'histoire. Histoire, Littérature, Esthétique**, nov., 2013. Participação no Colóquio do Instituto de História do Tempo Presente, Paris, 24-26 de março de 2011.

THOMAS, Yan. La vérité, le temps, le juge et l'historien. **Le Débat**, n. 102, p. 4-44, 1998. Dossiê “Vérité judiciaire, vérité historique”.

TREBITSCH, Michel. Du mythe à l'historiographie. In: VOLDMAN Danièle (Dir.). La Bouche de la vérité ? La recherche historique et les sources orales. **Les Cahiers de l'IHTP**, n.21, p.13-32, 1992.

VASSORT, Patrick. Sous le regard de Kracauer. Socio-anthropologie politique du temps présent. **Raisons politiques**, n.45, p. 235-249, jan., 2012.

WERTH, Nicolas. À partir de quoi pouvait-on reconstruire ?” Les turbulences de l'écriture de l'histoire dans la Russie post-soviétique. **Politix**, n. 110, p. 111- 135, fev. 2015. (Entretien avec Gilles Favarel-Garrigues, Brigitte Gaïti, Boris Gobille).

WIEVIORKA, Annette. **L'ère du témoin**, Paris: Plon, 1998.



A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?  
*Christian Delacroix*

Recebido em 15/12/2017  
Aprovado em 28/02/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Programa de Pós-Graduação em História - PPGH**

Revista Tempo e Argumento  
Volume 10 - Número 23 - Ano 2018  
tempoeargumento@gmail.com